

O ANTIGO E O NOVO: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NO CLUBE ASTRÉA

Anneliese Heyden Cabral de Lira

Yuri Marques de Farias

RESUMO

O presente trabalho visa a importância do patrimônio histórico para a sociedade, seja em âmbito arquitetônico, cultural ou social, a arquitetura moderna, bem como as patologias recorrentes nessas edificações. A preservação dos bens que se dá através dos órgãos responsáveis, é importante tanto para o município como para a sociedade que ali vivem. O Clube Astréa, objeto de análise, detém de uma importância considerável no município de João Pessoa, é considerado uma das primeiras edificações de cunho modernista da cidade, como também foi palco de diversas atrações, a exemplo dos bailes de carnavais nas décadas de 1950 – 1980 frequentado pela elite pessoense. Todavia, no final da década de 1990 começou a ocorrer o seu declínio tornando o imóvel esquecido perante o município, atualmente o Clube encontra-se totalmente fechado, em decorrência do seu abandono o Astréa apresenta patologias. O trabalho possui como diretrizes o aprofundamento do termo patrimônio histórico tendo como vertente as patologias presentes nessas edificações antigas, assim como o entendimento da arquitetura modernista, estando presente na metodologia a revisão bibliográfica, análise de patologias em edificações históricas, levantamento de campo e análise documental. Os resultados se deram através de pesquisas documentais unido de uma elaboração de um questionário no qual as pessoas se submeteram a perguntas a respeito do Astréa, de modo que se obteve uma reflexão da importância daquela edificação, expondo resultados significativos da trajetória do Clube, mostrando que as pessoas tem boas recordações do lugar, sendo muitas vezes associado a lembranças familiares.

Palavras – Chave: Patrimônio; Arquitetura Moderna; Sociedade; Patologias.

ABSTRACT

The present work aims at the importance of the historical heritage for society, be it in the architectural, cultural or social field, modern architecture, as well as the recurrent pathologies in these buildings. The preservation of the goods that is given through the responsible organs, is important for both the municipality and the society that lives there. The Astréa Club, object of analysis, holds a considerable importance in the municipality of João Pessoa, it is considered one of the first buildings with a modernist stamp of the city, as well as it was the stage of several attractions, like the carnival balls in the decades of 1950 - 1980 frequented by the elite people. However, at the end of the 1990's it began to decline, making the property forgotten before the city, currently the Club is totally closed, due to its abandonment the Astréa presents pathologies. The work has as guidelines the deepening of the term historical heritage having as its side the pathologies present in these old buildings, as well as the understanding of modernist architecture, being present in the methodology the bibliographic review, analysis of pathologies in historical buildings, field survey and documentary analysis. The results were obtained through documental research united with the elaboration of a questionnaire in which people were submitted to questions about the Astréa, so that a reflection on the importance of that building was obtained, exposing significant results of the

Club's trajectory, showing that people have good memories of the place, being often associated with family memories.

Words - Key: Heritage; Modern Architecture; Society; Pathologies.

1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é de importante valia para a sociedade, pois através dele, podemos tratá-lo como objeto de estudo mediante a análise de uma “linha do tempo”, no qual iremos obter toda a sua história e marcas no decorrer dos anos, por meio das suas características, sejam elas arquitetônicas, sociais ou culturais. Caracterizamos patrimônio cultural tudo aquilo que é criado seja material ou imaterialmente por uma sociedade através da sua cultura e que se torna algo importante para as pessoas que ali habitam, seja pela riqueza cultural, social ou arquitetônica (IPHAN, 2014).

No continente Europeu, onde há um vasto número de edificações históricas e tombadas, vê-se um maior cuidado na sua história, a exemplo de países como Itália e França (SCIFONI, 2003). Todavia, diante do cenário em que a população observa o acervo histórico mundial, percebe-se que em alguns lugares no mundo isso não é prioridade no campo da conservação de bens materiais, pois é perceptível as ruínas que edifícios tombados se encontram. Segundo Choay (1992, p.12):

É afirmado que O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.

Voltando os olhares para o Brasil, nota-se o esquecimento pelo patrimônio que circunda o território, apesar de haver os olhares de outras nações, sendo o seu turismo e fluxo de estrangeiros consideráveis. É um país que via de regra trabalha com leis vigentes ao bem patrimonial, embora muitas vezes o governo “feche os olhos” para a problemática da preservação, consequência da sua burocracia lenta e tardia. É uma região que possui um acervo valioso, de diferentes épocas, que conseqüentemente dispõe de uma diversidade arquitetônica, mas que infelizmente são esquecidas pelos nossos governantes, como também pela falta de conhecimento de uma parcela da população sobre a história daquele bem tombado (MENEZES, 2013).

O Brasil detém de dois principais órgãos, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em âmbito nacional e o IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), a nível estadual, ambos responsáveis pelo tombamento e a conservação das edificações históricas. O IPHAN surgiu em 13 de janeiro de 1937, através da lei nº 378, sendo concebida pelo presidente da época Getúlio Vargas. De acordo com a Constituição Brasileira datada de 1988, no artigo 216, é definido como patrimônio cultural formas de expressão, modos de criar, fazer e viver (IPHAN, 2014).

Na contemporaneidade, o estado da Paraíba possui vários bens tombados, em diferentes cidades como Cabedelo, João Pessoa, Ingá e outras, tendo como fiscalizador o IPHAEP, órgão que surgiu no ano de 1938, sendo caracterizado pelos primeiros tombamentos de arquitetura religiosa e militar do século XVI. No município de João Pessoa, caracterizado pelo seu vasto patrimônio histórico na esfera da arquitetura, é notada a falta de valorização por parte considerável da população em relação a memória que o lugar representa. Ao caminhar pelo centro histórico, o observador logo percebe que uma parte dos tombamentos

não se encontram conservados, uma vez que, o processo de tombamento aplicado a bens privados apresenta considerável burocracia e morosidade, dificultando a conservação destes edifícios. Em uma nação, como o Brasil, cuja a economia segue os princípios capitalista, sobrepondo o desenvolvimento econômico aos valores culturais, a memória vem cada vez mais sendo ofuscada pelo governo, reforçando, inclusive o ditado popular de domínio público “Um povo sem passado é um povo sem futuro” (**ditado popular**).

Mediante o tema base de patrimônio histórico, obteve-se como objeto de estudo o antigo Clube Astréa, pois percebeu-se o seu esquecimento ao longo dos anos, edificação na qual teve e tem importância até hoje na vida das pessoas que frequentaram e que foi palco de diversos eventos em João Pessoa. O clube datado do século XIX recebeu diversas apresentações, foi construído com o intuito de receber o time de futebol denominado de Astréa e com o passar dos anos, se tornou palco de atrações, passando a ser um lugar cada vez mais frequentado, inclusive pela alta sociedade pessoense.

Ao analisar o Clube, rapidamente se percebe o quão abandonado ele está, não só no quesito “memórias”, mas também no sentido de usufruir, dar uso ao lugar, dar vida, não permitir que ele desapareça no tempo. O edifício sofreu intervenções ao longo dos anos, uma das intervenções foi pelo renomado arquiteto Mário di Láscio, no ano de 1947, que a caracterizou como arquitetura moderna, a edificação possui simplificação de volumes, geometrização das formas, paredes brancas, ausência de decoração e uso de cobogó, todos esses elementos representantes da arquitetura modernista, conformando-se em um exemplar referencial do estilo na cidade.

O Astrea teve seus dias de glória entre as décadas de 1950 e 1970, lugar onde o lazer da alta sociedade se concentrava seja para um espetáculo ou para brincar os carnavais da época.

A pesquisa irá transcorrer por meios que abordam o patrimônio histórico como o início da análise, as suas manifestações patológicas e o estudo da arquitetura moderna adentrando em três esferas, sendo elas a nível mundial, nacional e local. O trabalho possui como fechamento o levantamento arquitetônico e histórico do Clube Astréa, bem como um questionário na qual as pessoas são submetidas a perguntas referentes ao objeto de estudo, através disso, pode-se identificar como o objeto se comporta diante da sociedade e qual a sua importância tanto para o município como para a população.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Para adentrar nessa temática, o crítico Alois Riegl possui em seus preceitos, o monumento como (**ALOIS RIEGL, 1903**):

No senso mais antigo e verdadeiramente original do termo monumento é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino. Nesse sentido, o monumento, em seu sentido original, relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo.

Segundo **Choay (2000)**, o nascimento da conservação dos monumentos históricos na Europa pode-se considerar difundida na Itália, mais especificamente em Roma, por volta do ano de 1420, quando Martinho V recria a sede do papado na cidade desmastreada à qual almejava restituir o seu poder e o seu prestígio, possuindo como objetivo o processo de apropriação dos monumentos gregos pelos romanos, com a intenção de confirmar o passado glorioso de Roma. Porém, só a partir do ano de 1430 e do pontificado de Eugênio IV é que os

humanistas de sua corte começam a requerer a conservação e proteção dos monumentos romanos.

Na França, após a queda da Bastilha em 1789, volta-se a pensar na preservação dos monumentos, tendo em vista todas as destruições ocorridas em virtude da “modernização da cidade medieval”. Com a Revolução Francesa, ocorreram intensas mudanças na organização social e política, no qual o conceito de “patrimônio” foi relacionado a apropriação coletiva. Os chamados comitês revolucionários entre os anos de 1790 a 1792 iniciaram o discernimento do que seria o “nacional”, ou seja, instituíram o termo “patrimônio” ao conceito de políticas públicas, afim de preservar e enaltecer os bens que representam a nação. Com isso, os princípios de conservação dos monumentos surgiram mediante a Revolução Francesa (NUNES; LIMA, 2009).

No século XIX, foi criado em 1837, a Comissão dos Monumentos Históricos, sendo essa, a pioneira. A França, país que foi berço dos primeiros direcionamentos conservacionistas, foi instigada pelas ideias do Iluminismo e anelava o impedimento do vandalismo, sendo os edifícios medievais os principais alvos. Em contrapartida, o desprezo por estes e as intervenções urbanas de larga escala haviam sido uma constante e mesmo antes do vandalismo, era normal o seu uso como origem de materiais de construção para erguer novas edificações. A comissão era caracterizada por três grandes categorias de monumentos históricos, compostas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios de característica religiosa da Idade Média e alguns Castelos (GRAMMONT, 2006).

Mediante a situação de desprezo pelos monumentos históricos, surge Quatremère de Quincy, arqueólogo, crítico de arte, filósofo francês e um dos primeiros pensadores da salvaguarda patrimonial, no qual afirma que “dividir é destruir” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1996, p.100), sendo contra a repatriação de obras de arte, hábito francês, considerando seus êxitos de poder e territorial, desconsiderando tais atos. O crítico dá destaque ao ambiente cuja as obras estão inseridas, porque a cidade de Roma não é constituída apenas por seus monumentos, mas também por suas montanhas, vias, tradições locais e lembranças, contribuindo para a necessidade de preservação do contexto (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1996).

Dentre outros pensadores voltados para a teoria da restauração citados por Kühl (2007), podem-se destacar: Ludovic Vitet (1802 – 1873) possuindo como característica a preferência por aspectos documentais, como também achava desnecessário as correções e embelezamentos de partes da obra que eram consideradas irregulares ou incompletas; Prosper Mérimée (1803 – 1870) que tinha como linha de pensamento a manutenção dos monumentos em sua perfeita integridade, era contrário ao vandalismo, e tinha como conselheiro outro importante pensador já citado anteriormente, Viollet – le – Duc (1814 – 1879), no qual detinha de obras góticas e românicas, bem como o envolvimento artístico e cultural.

Ainda segundo Kühl (2007), John Ruskin (1819 – 1900) teve sua importância no campo do patrimônio trazendo consigo características como: fomentador do movimento Arts and Crafts, inimigo da Revolução Industrial e representante da teoria romântica, cabe ressaltar também nomes importantes como William Morris (1834 – 1896), notável seguidor de Ruskin e criador da sociedade dos edifícios antigos, assim como Camillo Boito (1834 – 1914), tido como defensor da manutenção do edifício ao logo do tempo de modo a evitar-se o restauro, com acréscimos e renovações à semelhança de Ruskin, porém sem deixa-lo cair em ruínas passivamente.

Além destes pensadores, destaca-se também o crítico Alois Riegl (1858 – 1905), que foi presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria. Para Cunha (2006), o autor empreendeu uma reflexão que se funda muito mais no valor outorgado ao monumento do que no monumento em si, tratando valor não como categoria eterna, mas como evento histórico, também classifica os monumentos a partir dos Valores rememorativos: histórico,

antiguidade, rememorativo intencionado e Valor de contemporaneidade: instrumental e artístico.

Adentrando no início do século XX, podemos citar a figura de Gustavo Giovannoni (1873 – 1947) no qual possui uma representação muito importante no restauro científico, por apresentar contribuições que segundo **KÜHL et al (2012)** destacam-se como o uso de técnicas modernas de consolidação, como o concreto armado e a criação da Teoria do Restauro Científico.

A respeito do estudioso Cesare Brandi (1906 – 1988), podemos citar segundo **Cunha (2004)**, contribuições como a dedicação a teoria do restauro crítico e o reconhecimento da obra de arte, que para ele era derivado através da conscientização de valor, seja material, técnica utilizada ou mesmo pela notoriedade do autor.

Mediante a análise de como surgiu o patrimônio histórico no mundo, podemos conceituar alguns termos que são usados para classificar os bens, como o patrimônio cultural, que segundo **Figueiredo (2013)**:

O patrimônio cultural é um conjunto de todos os bens que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. Pode ser classificado em dois grupos: bens materiais e bens imateriais.

Já o conceito de patrimônio imaterial, seria a porção de cada grupo social e como eles se portam ou agem, tornando-se uma particularidade de cada grupo, por meio de suas ações como por exemplo em comemorações, sendo criado uma identidade. A **UNESCO (2020)** caracteriza como patrimônio imaterial:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

No que diz respeito ao patrimônio material e arquitetônico, a interpretação do **IPHAN (2014)**, seria que:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Ainda sobre o **IPHAN (2014)**, para explorarmos o conceito de patrimônio arqueológico, baseados nos estudos feitos, conclui-se que:

(...)os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da União. Também são considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob rocha, além das inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana.

2.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO NO BRASIL

Para **Nunes; Lima (2009)**, a respeito do Brasil, a ligação com o patrimônio histórico estava interligada a todas as coisas que faziam parte da herança cultural Ibérica, ou seja,

estava conectada em apenas um período da história do país. Pode-se considerar símbolo da ação patrimonial os anos de 1930 até os anos de 1970, sendo preferência os exemplares arquitetônicos datados do período colonial. Vale salientar que no século XVIII, o vice rei do Brasil (D. André de Melo e Castro) e enviado ao governador de Pernambuco (D. Luís Pereira Freire de Andrade) expos a vontade de negar a mudança das instalações militares para o Palácio das Duas Torres, localizada na cidade de Recife. Para eles, o palácio tendo seu uso irregular poderia ser arruinado, solicitando assim, para que as tropas ficassem no quartel. Essa situação foi considerada a pioneira no quesito preservacionista do que se tem informações (NUNES; LIMA, 2009).

No Brasil se tem o primeiro entendimento no âmbito jurídico de patrimônio histórico na Constituição de 1934, no qual o artigo 10 possuía como responsabilidade colocar o poder público como instrumento de preservação dos monumentos de cunho artístico ou histórico que tenham valor nacional. O artigo afirma que: “Compete concorrentemente à união e aos Estados: III – Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (CONSTITUIÇÃO DE 1934).

Com o surgimento das primeiras noções jurídicas no que se refere ao patrimônio, o presidente Getúlio Vargas sanciona o Decreto – Lei de nº 25, datado de 30 de novembro de 1937, criando o Órgão SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ao qual foi moldado por intelectuais e artistas da época. De acordo com o **DECRETO - LEI N. 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937**, o órgão passou a entender o patrimônio histórico como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Pode-se destacar o IPHAN no âmbito federal, como a instituição responsável pela preservação dos bens presentes no Brasil, possuindo como função o inventário do patrimônio histórico, que se dá através da complementação das fichas catalográficas referentes ao monumento ou sobre os entendimentos da população que ali habita. Como já mencionado anteriormente, o significado da palavra patrimônio sofreu variados complementos no seu conceito, e no século XX, mais especificamente nos anos 70, ocorreu uma expansão na definição do termo patrimônio, no qual foi implantado um Centro de Referência Cultural que tinha como incumbência distinguir diferentes elementos culturais voltados a arquitetura (NUNES; LIMA, 2009).

Mediante a variação de conceitos, a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, amplia o campo da preservação e inclui outras atividades culturais como parte do patrimônio histórico cultural e de valor nacional, incluindo os de natureza imaterial. Destacam-se como patrimônio cultural brasileiro:

(...) bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Na esfera estadual, ressalta-se o IPHAEP, órgão que tem como responsabilidade zelar pelos bens no Estado da Paraíba, sendo sua sede localizada na capital, João Pessoa. Surgiu pelo Decreto – Lei nº 5.255, datado de 31 de março de 1971, todavia desde 2009 é através do

Decreto – Lei de nº 9.040 datado de 30 de dezembro de 2009 que o órgão utiliza os objetivos e estrutura. Cabe evidenciar os municípios que tem monumentos tombados, são eles: Alagoa Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa, Mamanguape, Pilar, Pombal, Princesa Isabel, Remígio, Rio Tinto, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe e Sousa (**GOVERNO DA PARAÍBA, 2020**).

O município de João Pessoa, cidade do objeto de estudo, é considerado a terceira cidade mais antiga do país, fundada em 1585, sendo o seu surgimento às margens do Rio Sanhauá. João Pessoa possui valiosos tombamentos de diferentes épocas da arquitetura, desde a arquitetura colonial até a arquitetura contemporânea, possuindo o centro histórico que abriga as edificações mais antigas, sendo conhecido como “cidade alta” e “cidade baixa” devido aos diferentes níveis topográficos, todos eles tombados pelo IPHAEP (**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2020**).

O órgão fez os tombamentos no centro histórico do município no ano de 2009, contando em 502 edificações, sendo considerado o maior número no bairro do Varadouro (nomeada como cidade baixa) já a classificada como “cidade alta” abrange uma área de aproximadamente 370 mil m², distribuídas em vinte e cinco ruas e seis praças, como o antigo Porto do Capim, local onde teve início a construção da cidade (**IPHAEP, 2020**).

Diante da amplitude que se tornou o âmbito preservacionista, deve-se destacar que a importância agora não será só de edificações, de bens “concretos”, mas também de natureza imaterial, como parte da cultura do país, de manifestações artísticas espalhadas em cada parte do Brasil, que mediante um longo caminho percorrido foi finalmente reconhecido, e passou a ter valor para a sociedade nacionalmente (**FUNARI; PELEGRINI, 2006**).

2.3 CARTAS PATRIMONIAIS

Dando início aos documentos responsáveis pela conservação e preservação dos bens patrimoniais, estão as cartas patrimoniais, que seriam manuscritos que detém a função de guiar e instruir de como intervir no bem e como dar uso ao mesmo. No ano de 1931, eis que surge a chamada Carta de Atenas, a qual aborda a fundamentação de processos referentes ao campo da arquitetura e sugere diretrizes no tocante a conservação e preservação de imóveis, afim de possuírem reconhecimento mundial e proverem a continuidade de suas particularidades sejam elas históricas e culturais nos monumentos a serem resguardados (**FIGUEIREDO, 2013**).

Para **Grammont (2006)**, a UNESCO no ano de 1962 aprovou ensinamentos a respeito do entorno do monumento histórico, estimulando para pontos que caminham desde a especulação imobiliária até a poluição do ar. A carta de Veneza apresentou outra extensão de parâmetro, incluindo obras simples ao seu conceito de monumento histórico, datado no ano de 1964. No XVII encontro da Unesco em 1972, foi anexado o conceito de lugares notáveis, sendo apresentado logo adiante o que se chamaria de patrimônio imaterial, que consequentemente expande o conceito de Patrimônio Histórico, no qual passa a ser nomeado de Patrimônio Cultural.

Segundo a OEA (Organização dos Estados Americanos), na Norma de Quito, executada em 1967, são expostas apresentações para a utilização do patrimônio, visando o cenário de mudanças de áreas que possuem baixos recursos econômicos dos países da América Latina. Conclui-se assim, uma política que busca a valorização do patrimônio histórico, cumprindo novas funções proveniente das visitas, com isso, ocorre o incentivo de investimento e associação do capital privado, considerado essencial para uma proteção consolidada (**OEA, 1967**).

A Declaração de São Domingos datada de 1974, sob a observação da OEA, possuindo como tema a conservação e restauração do monumento patrimonial dos períodos colonial e

republicano, tinha como incumbência gerar reflexões como um resumo da Carta de Veneza no qual foi elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (**ICOMOS, UNESCO, 1964**) e das Normas de Quito (**OEA, 1967**).

É importante ressaltar também, o Manifesto de Amsterdam, ocorrido em outubro do ano de 1975, que segundo a **Declaração de Amsterdã (Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, Conselho da Europa, Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico, Amsterdã, outubro de 1975)**, aborda:

A plena implementação de uma política contínua de conservação exige uma grande descentralização e o reconhecimento das culturas locais. Isso pressupõe que existam responsáveis pela conservação, em todos os níveis (centrais, regionais e locais) onde são tomadas as decisões em matéria de planejamento. Mas a conservação do patrimônio arquitetônico não deve ser tarefa dos especialistas. O apoio da opinião pública é essencial. A população deve, baseada em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada das decisões.

Da carta de Veneza a Carta de Burra em 1980, expunham-se uma sequência de lições para a conservação e o restauro, como também, exalta a manutenção de um entorno visual pertinente, lembrando do respeito a todas as alterações feitas ao longo dos anos (**ICOMOS, 1980, art.8º**). Com relação a Declaração do México, ano de 1985, há um reforço na valorização da autoafirmação relacionada na fomentação cultural de cada comunidade (**ICOMOS, 1985**).

A respeito da Carta de Washington datada no ano de 1986, abordando o tema: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, entende-se que a intenção era somar a Carta de Veneza (1964), a busca pela participação da população local, afim de se alcançar o sucesso da preservação. Não se pode deixar de abordar um marco importante sobre Icomos no ano de 1999, no qual contribui para o reconhecimento da atividade turística, sendo estabelecido a Carta Internacional de Turismo Cultural, tratando de princípios referentes a turismo e patrimônio. A carta visa a contribuição perante o valor da atividade turística na conservação e como situação econômica, de conscientização e educação da população, reforçando ainda a primordialidade da sociedade local como favorecida da atividade (**ICOMOS, 1986**).

No Brasil, tendo em vista a Era Vargas, inicia-se a criação do estatuto legal e ideológico do patrimônio cultural brasileiro. Diante do exposto, considera-se como referência a Constituição Federal datada do ano de 1934, pois é perceptível a proteção ao patrimônio histórico, sendo ofício da Constituição definir competências ao Estado para a proteção patrimonial (**BRASIL, 1934**).

Em 1970, no encontro de governadores, prefeitos e autoridades no Brasil, na área da cultura em todos os níveis, revigora a função que tem o Estado de proteger os bens culturais, e acrescenta as universidades, a pesquisa histórica e a concepção de inventário dos bens regionais (**COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970**). No ano de 1971, há outro encontro de autoridades, dessa vez com o intuito de formular leis para aumentar as ações e usos de bens tombados, reestruturando o conceito de ambiência, pela proteção capaz paisagística, arquitetônica e cultural, apresentando o turismo e frisando a necessidade de idealizar o estado mais favorável de utilização e divulgação (**COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971**).

Na Carta de Restauro criada no ano de 1972, pelo Ministério de Instrução Pública (MIP), identifica-se que a mesma defende que a obra de arte engloba qualquer época. A carta afirma que para se criar um projeto de restauração de uma obra arquitetônica, deve-se fazer um estudo profundo do objeto, adentrando por variados pontos de vista. Mediante essa afirmativa, surge a expectativa de que haja uma pesquisa de sua posição em seu contexto

territorial ou no que chamamos de tecido urbano, das elevações, dos aspectos tipológicos e qualidades formais, como também dos possíveis acréscimos ou mudanças (MIP, 1972).

2.4 ARQUITETURA MODERNA

Pode-se dizer que o surgimento da arquitetura moderna se deu como uma “formação” do final no século XIX e início do século XX, sendo gerada como uma objeção às prováveis desordens, a exemplo do ecletismo dos inúmeros revivescimentos de configurações históricas que vieram antes. Sobre o mesmo olhar, entende-se que ocorreu um desgaste em dado momento referente ao século XVIII, quando a tradição renascentista se rendeu, ocasionando um vazio para o qual convergiram diversas adequações “não originais” e recombinações de moldes do passado (CURTIS, 2008, p. 11).

A Primeira Guerra Mundial ocorrida entre os anos de 1914 – 1918, foi um dos fatores de influência para o surgimento da arquitetura moderna. Com a Revolução Industrial, a Primeira Guerra Mundial chegou fortemente abastecida de munições, pois com a industrialização fundamentada no aço e ferro, os representantes do conflito estavam com “poder de fogo” alto, com isso as tecnologias apresentadas na época foram adaptadas para a guerra, causando diversas destruições nas cidades e inúmeras mortes. As cidades foram completamente destruídas, a exemplo da Alemanha, tendo inúmeras vidas perdidas e construções abaladas (CRAVEIRO, 2014).

A arquitetura moderna é considerada difundida na Alemanha, por volta de 1900 o país passa a ser o centro da cultura arquitetônica europeia. Suas razões são exatamente: (1) a falta de antecedentes, ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial; (2) não possuir a tradição semelhante a inglesa ou francesa; (3) como também a sua industrialização recente; (4) e por ter artistas com uma mentalidade aberta e progressista, fazendo com que a Alemanha se torne o epicentro da Europa e podendo dizer também mundial, pois conquista muitos estudiosos importantes como Van de Velde da Bélgica, Olbrich da Áustria e Wright dos Estados Unidos (BENEVOLO, 2001, p. 374).

A Bauhaus foi uma escola voltada para a arquitetura e design, no qual formou diversos arquitetos mundialmente conhecidos. A escola foi fundada no ano de 1919, localizada na Alemanha, mais precisamente na República de Weimar, o primeiro líder da escola foi o arquiteto Walter Gropius, que tinha como método educacional aproximar o artista e o artesão, como ele afirmava: “comunidade de todas as formas de trabalho criativo e, em sua lógica, interdependência de um para com o outro no mundo moderno” (GROPIUS, 1972).

Cabe expor um dos pontos mais marcantes sobre o arquiteto modernista Le Corbusier, no qual cria os cinco pontos da arquitetura, que são os pilotis com a intenção de facilitar a circulação tanto de pessoas como de veículos, o teto jardim que se caracteriza com a função de recuperar o jardim perdido com a construção da edificação, a eliminação de paredes “portantes” que facilita a divisão de ambientes, tornando-os melhor distribuídos, a janela em fita que tem como atributo a liberdade de usa-la tanto horizontalmente como verticalmente sem comprometer as estruturas da residência, e por fim a fachada livre, que seria uma fachada projetada sem a restrição da parte estrutural (FRAMPTON, 2000).

Um momento que modificou também a arquitetura foi o acontecimento da Segunda Guerra Mundial, no qual aconteceu basicamente por meios aéreos e urbanos, simultaneamente com as baixas dos representantes nas guerras, nos municípios totalmente abalados da Europa, contabilizando um número alto de soldados que morreram. Teve início no ano de 1937, em Guernica, como ensaio do sistema de *carpet - bombing*¹ a princípio usado pelos alemães, e no mais tardar também foi utilizado pelos parceiros de guerra (SEGRE, 2012).

¹ *Carpet - bombing* é caracterizado como um grande bombardeio aéreo feito de maneira crescente para causar estragos em cada parte de uma área de terra escolhida.

Segundo **Curtis (2008, p. 15)**, o movimento moderno foi definido como:

(...) uma evolução com fins sociais, bem como de formas arquitetônicas. Ele buscou reconciliar industrialização, sociedade e natureza, lançando protótipos para habitação em série e planos ideias para cidades inteiras (como a Broadacre City de Wright ou a Ville Radieuse de Le Corbusier).

Com as ideias do modernismo cada vez mais sendo trabalhadas, os centros urbanos sentem o “novo” surgir, dentre esses centros, destacam-se Paris, Viena, Glasgow, Bruxelas, Barcelona e Chicago. Mesmo o termo “modernidade” diferenciando de cidade para cidade, o objetivo seria o mesmo **segundo Curtis (2008, p. 33)**: “mecanização da cidade, a introdução de novos materiais como ferro, vidro e aço, clientes abertos a novas experiências e arquitetos criativos dispostos a expressar nos espaços e nas formas o novo estado de coisas”.

2.4.1 Arquitetura Moderna no Brasil

No Brasil, a arquitetura moderna começa a surgir na década de 1920, sendo inicialmente apresentada na conhecida Semana de Arte Moderna de 1922, no qual foram expostas várias atualidades em diferentes setores da expressão artística, a exemplo da música, literatura e as artes visuais, da qual teve seu comportamento argumentado frente ao academicismo anteriormente, possuindo fatos isolados como a exposição de Lasar Segall em 1913, em 1917 a exposição de Anita Malfatti, já em 1920 a “descoberta” de Vitor Brecheret, escultor (**SANTOS, 2006**).

Pode-se dizer que o precursor da arquitetura moderna no Brasil foi Lúcio Costa, que na metade dos anos 1920 junto com Fernando Valentin projeta e constrói inúmeras residências, como a residência de Raul Pedrosa no estilo neocolonial, no ano de 1925, situada no Rio de Janeiro, também projeta a casa E. G. Fontes no qual Costa afirma que é a “última manifestação de sentido eclético – acadêmico (**BARROS, 1995**).

Victor Dubrugas é considerada uma figura importante para a arquitetura moderna, principalmente na cidade de São Paulo, onde o estudioso iniciou o movimento modernista, possui projetos como a residência de Névio Barbosa datada de 1914. Dubrugas dispõe de uma série de obras neocoloniais, o estudioso tem como característica o cuidado com relação as técnicas construtivas tradicionais, em que busca torna-las ideais as circunstâncias peculiares do lugar, como o clima e a mão – de – obra. Admirador de Frank Lloyd Wright, tinha como característica a tradição racionalista que aconselhava utilização da verdade construtiva em projetos arquitetônicos, bem como a relevância de elementos tradicionais a exemplo da telha canal (**REIS, 1997**).

Apresentam-se outros dois nomes significativos da arquitetura, Rino Levi e Gregori Warchavchik (arquiteto de origem europeia, naturalizado brasileiro), ambos trazem um conceito mais individual a arquitetura modernista. Os arquitetos criaram um manifesto no ano de 1925, um em São Paulo por Rino Levi, intitulado como “A Arquitetura e a Estética das Cidades” tendo como conteúdo o foco nos novos materiais presentes no mercado, no qual ele recomendava o seu uso de maneira que a arquitetura fosse composta por linhas simples. Já Warchavchik, com o seu manifesto na cidade do Rio de Janeiro intitulado “Acerca da Arquitetura Moderna” recomendava o esquecimento dos estilos do passado e mostrava os benefícios da estética das máquinas destinada a arquitetura (**SANTOS, 2006**).

Segundo **Segawa (2002, p. 44)** conclui que: “Nos últimos anos da década de 1920 e início de 1930 a arquitetura moderna com referências na vanguarda europeia era uma preocupação corrente mais no meio intelectual que propriamente no meio dos arquitetos”.

Na década de 1930 surge o arquiteto modernista Oscar Niemayer, que teve uma contribuição valiosa nesse movimento. Niemayer concluiu o curso de arquitetura no ano de

1934, já no ano seguinte, em 1935, ele inicia seus trabalhos no escritório de Lúcio Costa. No ano de 1936, participa do grupo que trabalha no projeto do Ministério da Educação e Saúde (MES), como também no mesmo ano conhece o arquiteto suíço Le Corbusier que chega ao Brasil para participar das obras do MES e da Cidade Universitária no Rio de Janeiro (NIEMAYER, 2020).

Adentrando no estado da Paraíba, mais precisamente na cidade de João Pessoa, município no qual é o objeto de estudo, pode-se dizer que a cidade tem três edificações que já podem ser encontradas características da arquitetura moderna, quando teve início o processo na capital, são eles: Secretaria de finanças, o Complexo Educacional do Instituto de Educação e a Rádio Tabajara. O responsável por essas obras é o arquiteto Clodoaldo Gouveia, de origem Capixaba, chegou em João Pessoa no ano de 1922, depois de concluir o curso na Escola Nacional de Belas Artes. Outro importante projeto foi o do parque Sólon de Lucena junto ao Cassino da Lagoa, no qual Gouveia teve uma parceria com Nestor de Figueiredo, sendo Nestor responsável pelo projeto urbanístico, o paisagismo por Burle-Marx e o projeto de edificação do restaurante por Gouveia, obras essas entre os anos de 1920 a 1924 (TINEM, et al 2016).

Ainda sobre Tinem et al (2016), na segunda metade do século XX, pode-se destacar profissionais da arquitetura como: Acácio Gil Borsoi, Mauro Glauco Di Lásio e José Liberal de Castro. Acácio Gil Borsoi era caracterizado como um arquiteto que utilizava particularidades modernas adaptadas ao ambiente, como por exemplo o conforto climático andando sempre em concordância com a harmonia e a beleza, o uso do concreto armado também é marcante nas suas obras.

Sobre Mário Di Lásio, cabe destacar que teve como seu mediador Acácio Gil Borsoi, Lásio tinha como cuidado nos seus projetos a funcionalidade e o conforto nos ambientes, suas particularidades são o uso de pilotis gerando uma planta livre, bem como as adequações climáticas e culturais do local, valorizava a utilização de materiais locais, como a tradicional azulejaria presentes em suas obras (TINEM, et al 2016).

O arquiteto José Liberal de Castro, formou-se no município do Rio de Janeiro, e tinha como característica a ideia de defesa da arquitetura baseada na cultura e orientava seus alunos para terem uma postura ética e profissional (WOLF, 1999). Em João Pessoa, Castro possui uma única obra, a construção do Banco do Nordeste do Brasil, tendo como característica a possibilidade de os usuários do banco entrarem por duas ruas, como também a privacidade com relação ao que o circunda (TINEM, et al 2016).

2.4.2 Manifestações Patológicas

Segundo Santos et al (2013), é definido como manifestação patológica os “processos que atuam frente à diminuição da vida útil de serviço da estrutura e que, devem ser tratadas adequadamente para que não possam evoluir e comprometerem o estado de trabalho normal das edificações”.

A ocorrência de patologias em edificações atuais já é recorrente, e em construções antigas se tornam bem mais susceptíveis a acontecer esse tipo de manifestação, muitas vezes pela falta de manutenção e descaso do governo quando a obra é do poder público e que em alguns casos são abandonadas. Em obras de cunho histórico, é válido ressaltar a importância do conhecimento de suas intervenções ao longo do tempo, seja através de acervo fotográfico, plantas técnicas ou mesmo de depoimentos de pessoas que de alguma maneira fizeram parte daquela edificação. Portanto é significativo a pesquisa de informações suficientes junto as autoridades no âmbito da conservação e preservação, afim de impossibilitar o arrasamento do patrimônio e a perda da história. (BARBOSA, et al 2011).

O mapa de danos é considerado como um dos documentos mais importantes para analisar o estado de conservação de bens tombados, que segundo **Tinoco (2009, p. 04)** caracteriza-se como: “a representação gráfico-fotográfica, sinóptica, onde são ilustradas e discriminadas, rigorosa e minuciosamente, todas as manifestações de deteriorações da edificação”. Esse mapa se torna indispensável para se obter a base com relação as definições da edificação que sofrerá a intervenção (**BARTHEL; LINS; PESTANA, 2009**).

Com a falta de manutenção das edificações históricas, a tendência de fato será o aparecimento de patologias, e pode-se dizer que existem algumas manifestações recorrentes nessas obras antigas, como fissuras, destacamento ou descolamento, bem como a umidade (**ROSCOE 2008**). Pode-se considerar o ar como um dos principais agentes de degradação das edificações, os maiores causadores da poluição do ar são o gás carbônico e o dióxido de enxofre, gás resultante da combustão do carvão e de veículos (**TREVISAM, 2020**).

A manutenção desses bens é de suma importância, visto que se trata de uma memória afetiva da sociedade que ali habita, faz parte da história vivida por muitos que ali passaram e que passam até hoje, a conservação e preservação do patrimônio nos traz a identidade do lugar, bem como as suas características e essências, portanto a manutenção e o cuidado com os bens estão inteiramente interligados com a memória urbana (**ABREU, 1998**).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho visa o levantamento histórico e arquitetônico de um bem patrimonial, localizado no município de João Pessoa, através de uma pesquisa descritiva, abordando a sua importância através do imaginário e memória da população, como também, as problemáticas presentes na conservação do bem, analisando o seu uso, assim como, as suas possíveis patologias. Apresenta como característica metodológica, básica de avaliação, pois não tem aplicação prática, porém agrega conhecimento ao meio acadêmico e na população que não possui entendimento ao conteúdo exposto.

4 RESULTADOS

É realizado uma análise ambiental e visual do Clube Astréa, objeto de estudo, com a apresentação de observações através de gráficos e mapas temáticos, como os de localização, uso e ocupação do solo e estilos arquitetônicos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO IMEDIATO

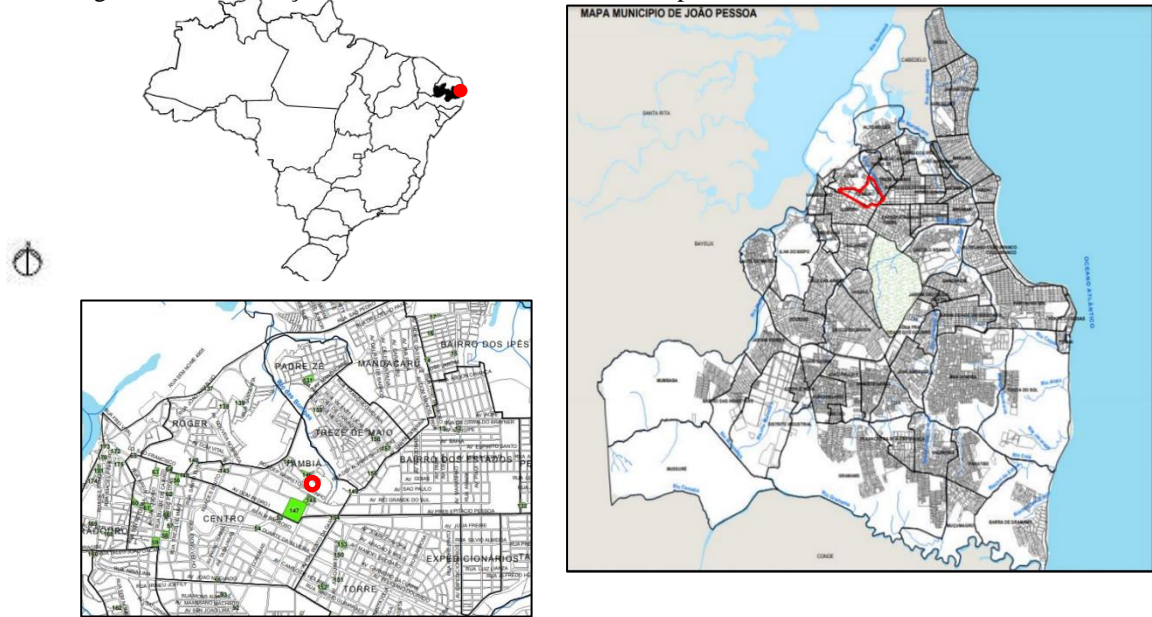
4.2.1 Localização

O Astrea se localiza na cidade de João Pessoa, uma das nove capitais do Nordeste brasileiro, mais especificamente no bairro do Tambiá (ver figura 01), bairro caracterizado por suas edificações antigas e de diferentes estilos arquitetônicos. O Tambiá teve seu surgimento no ano de 1782, sendo enriquecido com o encadeamento do urbanismo da capital João Pessoa, no qual a todo momento acompanhando as suas regras de progresso e referência na arquitetura, sendo notável o conjunto de construções atuais e antigas.

Segundo **Silva et al (2020)**, o bairro é considerado em níveis sociais, um complexo voltado para a classe média brasileira, tendo como foco um número maior de idosos, haja vista que é um bairro antigo, todavia, com o processo de urbanização sofrido, o Tambiá iniciou-se uma sequência de modificações em seu uso, que antes era predominantemente

residencial e que agora passou a ser um uso majoritariamente de prestação de serviços, em que distribuem-se em diversos setores como Institucional (religioso, educacional, privado...) e serviço.

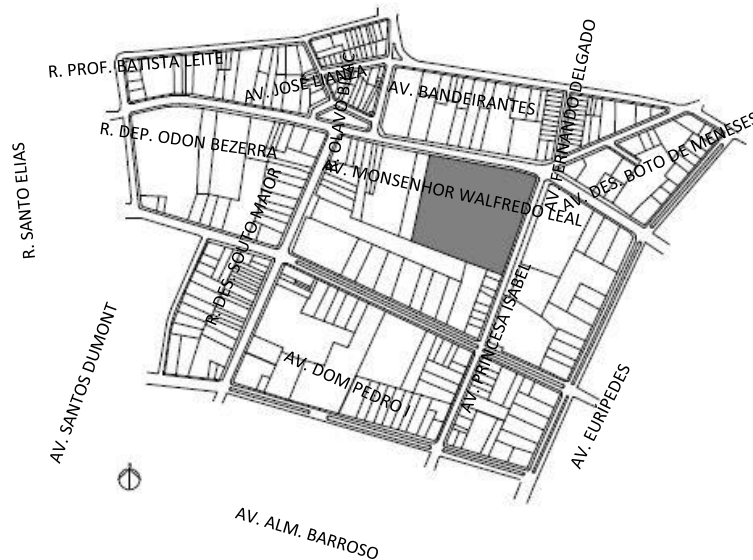
Figura 01 - Localização do Estado da Paraíba, do município de João Pessoa e do bairro Tambiá



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa (2020), adaptado pelo autor.

O Clube Astréa está localizado em um lote de esquina (ver figura 02), possuindo uma área de 13.954,02 m² de terreno e 5.275,92 m² de área construída, em uma das principais ruas do bairro do Tambiá denominada de Rua Monsenhor Walfredo Leal, que dá acesso a edificação, no qual dispõe de diversos setores como o de serviço, comercial e institucional, e a rua lateral nomeada de Av. Princesa Isabel.

Figura 02 – Mapa de localização do Clube Astréa



PLANTA DE SITUAÇÃO

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

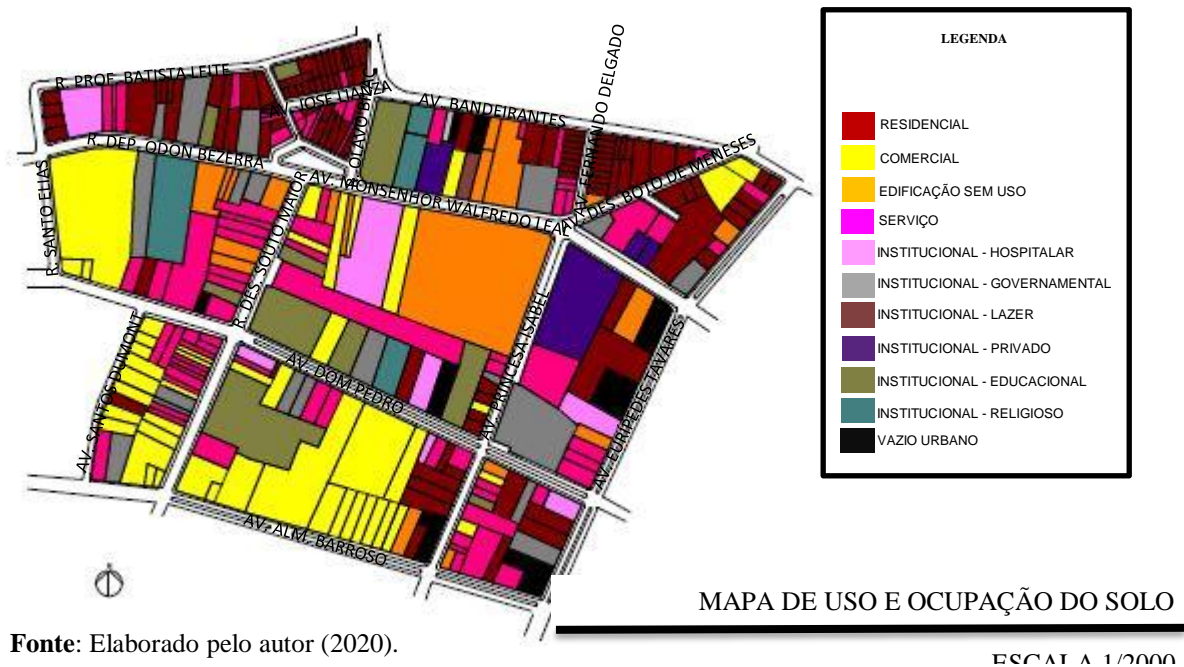
ESCALA 1/2000

4.1.2 Mapa de Uso e Ocupação do solo

Diante do Mapa de Uso e Ocupação abaixo (ver figura 03), são observados os diferentes usos presentes no entorno, sendo perceptível a variação de aplicação presentes nesse mapa. Como destaque no mapa, pode-se citar o uso residencial com maior foco nas periferias, bem como o uso voltado para o comércio no qual se encontra em sua grande maioria ao redor da lagoa. O setor de serviço é visto em todas as quadras abordadas no mapa dando conforto aos usuários que ali frequentam, a parte que envolve as distintas áreas institucionais, como religioso, privado, governamental e educacional é notado em diferentes pontos do gráfico.

O objeto de estudo pode ser caracterizado como o maior lote da área de análise e se apresenta sem uso, objeto no qual possuía a ocupação de institucional de lazer, sendo palco de diversas atrações e trazendo um diferencial para a cidade, porém atualmente a edificação é vista abandonada, ficando perceptível o esquecimento da população, dos proprietários, bem como dos órgãos públicos, levando em consideração que se trata de um bem que é tido como um dos pioneiros da arquitetura modernista.

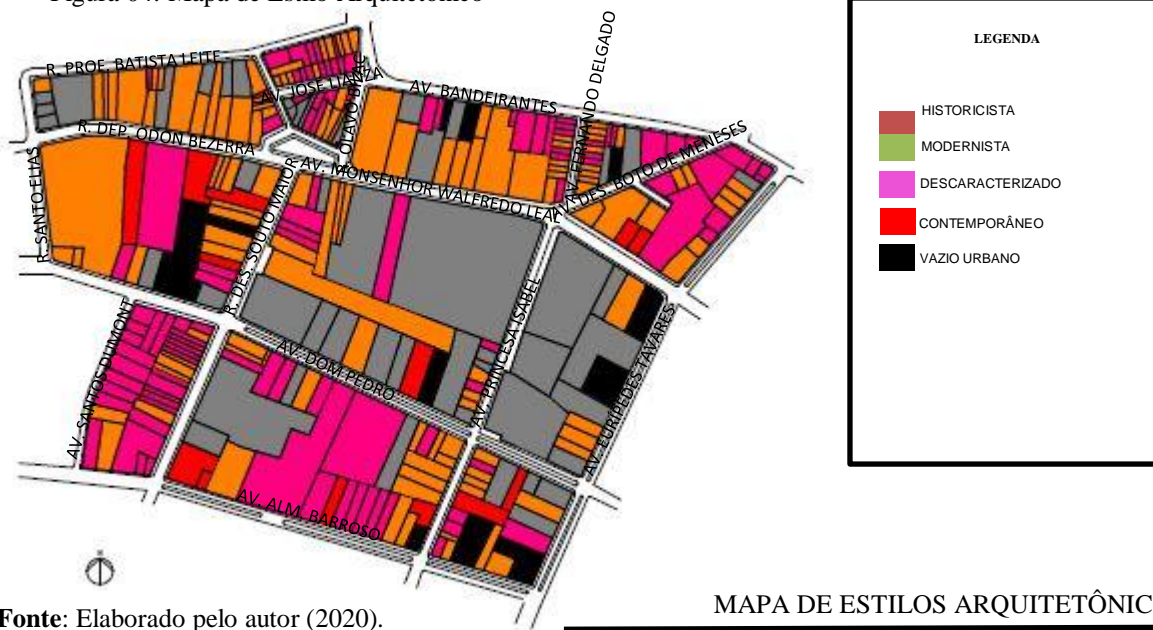
Figura 03: Mapa de Uso e Ocupação do Solo



4.1.3 Mapa de Estilos Arquitetônicos

Como disposto no mapa abaixo (ver figura 04), há a predominância de edificações historicistas, como também a presença de construções descaracterizadas, muitas vezes de uso comercial, sendo utilizado métodos que “escondem” o referencial de estilo arquitetônico da época, como pinturas fora do padrão, placas em fachadas que fogem ao regulamento a exemplo do tamanho e altura. Pode-se citar o estilo modernista presentes em algumas edificações, bem como a percepção de imóveis de característica contemporânea.

Figura 04: Mapa de Estilo Arquitetônico



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

ESCALA 1/2000

4.1.4 Levantamento Arquitetônico

Consegue-se classificar o Astréa como uma criação modernista por diversas características presentes nesse estilo e que compõe o Clube². A edificação dispõe de linhas retas, janelas que seguem uma simetria, a utilização de cores neutras também se torna um ponto forte na obra do arquiteto, a utilização de cobogós, fenestração em fita, planta livre, bem como o uso de pilares. Caracteriza-se esses elementos da seguinte forma:

- Cobogós - Característico na edificação no pavimento superior (em laranja), apresentando além de função de ventilação para os ambientes, pode também apresentar a função estética. Apresenta um formato retangular, produzido por material cimentício e de coloração branca como pode ser visualizado na imagem adiante (ver figura 05).

Figura 05: Cobogós do Clube Astréa na edificação e em imagem aproximada



Fonte: Google Earth (2020).

² O clube se encontra fechado, e por conta da situação da pandemia de Covid - 19, as fotos de acervo pessoal foram obtidas de forma limitada pelas aberturas que proporcionavam as perspectivas do prédio.

- Cores – A edificação possui cor predominantemente branca, uma das particularidades desse estilo modernista, que em suas edificações, é comumente usados tonalidades neutras (ver figura 06).

Figura 06: A cor branca é predominante no Astréa



Fonte: Google Street View (2017).

- Fenestração em fita – Tem como função a iluminação do ambiente, característica proeminente do modernismo que configura a ideia de fachada livre, apresenta material do tipo madeira pintada de branco com vidro do tipo veneziana como destacado na imagem abaixo (ver figura 07).
- Simetria – Toda a edificação possui uma simetria, a exemplo disso o “ritmo” que confere as janelas e os pilares como mostra a imagem adiante (ver figura 07).
- Pilar – Elemento estrutural comum as edificações de cunho modernista, produzido em concreto armado, apresentando-se em seção quadrada no corredor aberto que interliga à entrada na fachada principal ao corpo do prédio; e seção circular entre as fenestração em madeira e no interior dos ambientes. Observa-se também pilares metálicos de seção circular reduzida (em vermelho) quando comparados à seção em concreto armado (em amarelo). Estes estão localizados no centro, dispostos longitudinalmente no corredor de entrada do clube. Os pilares também possuem a tarefa plástica, bem como de trazer a edificação uma planta e fachada livre como visto na imagem abaixo (ver figura 07).

Figura 07: Simetria entre os pilares e janelas (em vermelho), como também a presença de fenestração (em amarelo)



Fonte: Acervo Pessoal (2020).



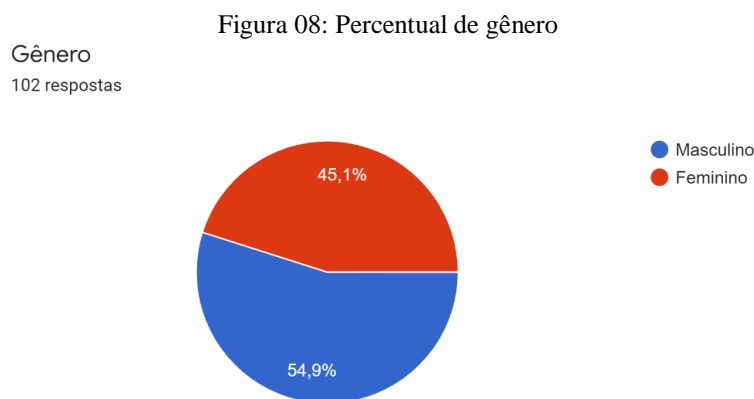
Fonte: Acervo Pessoal (2020).

4.2 QUESTIONÁRIO

Diante da temática abordada no Trabalho de Conclusão de Curso, foi elaborado um questionário acerca do Clube Astréa de modo que fosse captado as diferentes opiniões e pensamentos da população em relação ao objeto de estudo.

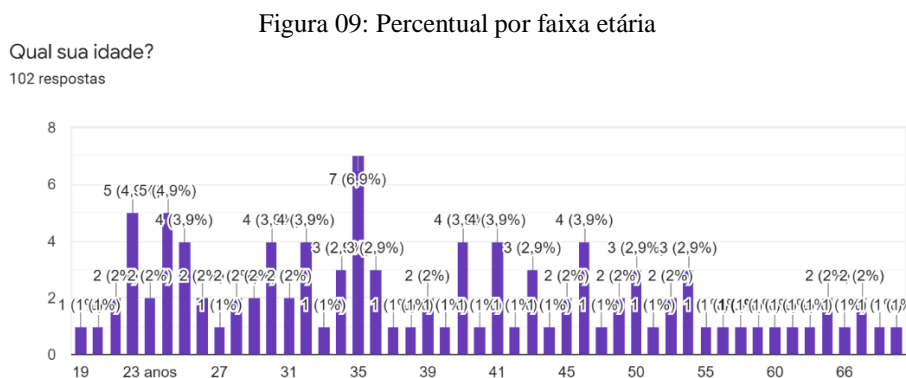
4.2.1 Gênero, Faixa Etária e Ocupação

Fizeram parte do questionário pessoas do sexo masculino e feminino, totalizando 102 pessoas. No gráfico abaixo (ver figura 08) pode-se identificar que a maioria das pessoas foram do sexo masculino, sendo representado por 54,9% do público, já o público feminino ficou com 45,1%.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com relação as faixas etárias, obteve-se uma diversidade considerável, levando em conta que se submeteram ao teste pessoas entre 19 e 71 anos. No gráfico exposto adiante (ver figura 09), é perceptível maiores picos na faixa dos 23, 24, 35, 41 e dos 46 anos de idade, ou seja, um maior número de pessoas com essa faixa de idade respondeu às perguntas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

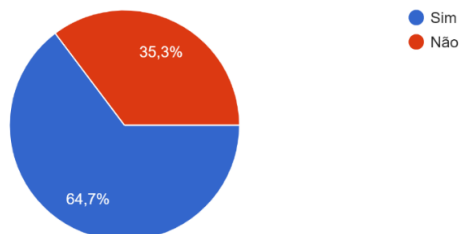
No que diz respeito as profissões do público que constituiu o questionário, foram vistas uma diversidade mediante as respostas obtidas no formulário, dentre as quais podemos citar: autônomo, professor, enfermeiro, engenheiro, arquiteto, dentista, advogado, aposentado, farmacêutico, fisioterapeuta, taxista e com uma maior predominância, funcionário público e estudante.

Pode-se observar no gráfico a seguir (ver figura 10) que a maioria das pessoas entrevistadas são naturais do município de João Pessoa, sendo representados por 64,7% contra 35,3% que nasceram em outro município.

Figura 10: Percentual de pessoas entrevistadas que nasceram no município de João Pessoa

Você é natural da cidade de João Pessoa?

102 respostas



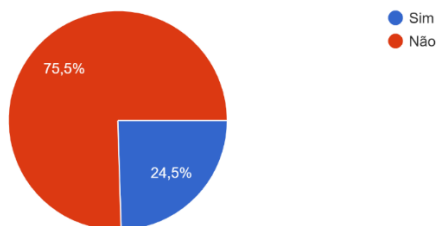
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Na entrevista concedida, grande parte da população não mora próximo a algum Clube, sendo representado pelo percentual de 75,5% contra 24,5% que afirma morar próximo a algum clube como visto no gráfico abaixo (ver imagem 11). Também foram questionados se costumam frequentar algum Clube, obtendo como percentual 71,6% das pessoas que não tem o hábito de ir a Clubes, e 28,4% sendo simbolizado pelas pessoas que visitam algum Clube como mostrado no gráfico abaixo (ver figura 12).

Figura 11: Percentual de pessoas que residem próximo de algum Clube

Reside próximo a algum Clube?

102 respostas

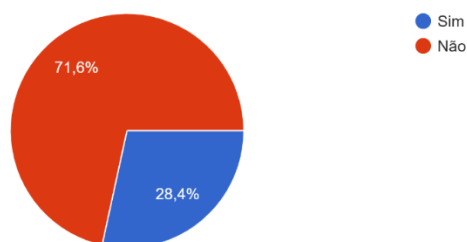


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Figura 12: Percentual de pessoas que frequentam algum Clube

Você costuma frequentar Clubes?

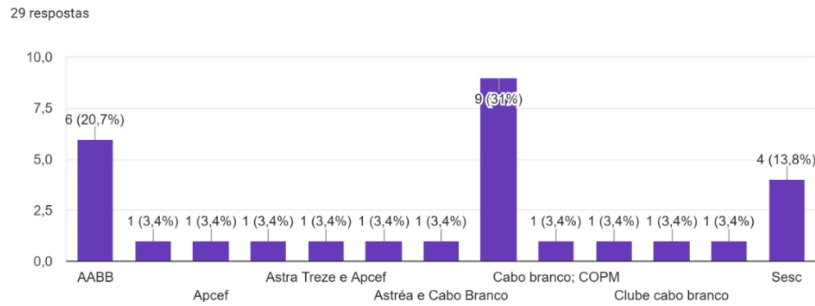
102 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Dos 28,4% que costumam frequentar algum Clube, obtemos o resultado exposto pelo gráfico abaixo (ver figura 13), no qual percebemos que os Clubes Cabo Branco seguido da AABB e Sesc são os mais usados pelas pessoas que aceitaram o teste.

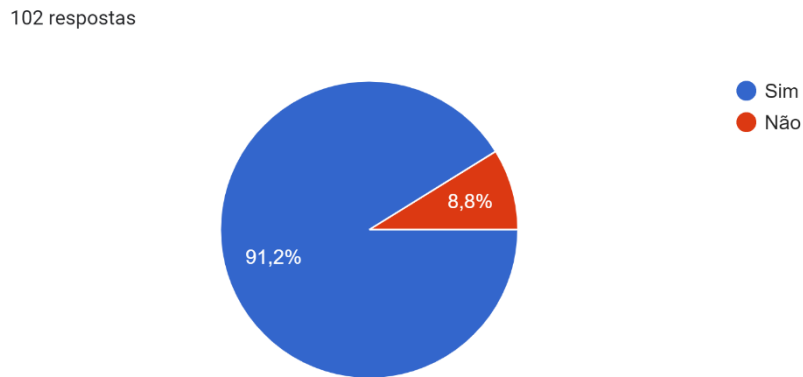
Figura 13: Percentual dos Clubes mais frequentados pela população
Em caso afirmativo, qual Clube?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Quando questionados sobre o Clube Astréa, se já ouviu falar e se já frequentou, obtivemos 91,2% de percentual para as pessoas que já ouviram falar em oposição a 8,8% das pessoas que nunca ouviram falar no Astréa como visto no gráfico a seguir (ver figura 14). Esse número representa que o Clube continua “vivo” para as pessoas, como também a representatividade dele para a sociedade.

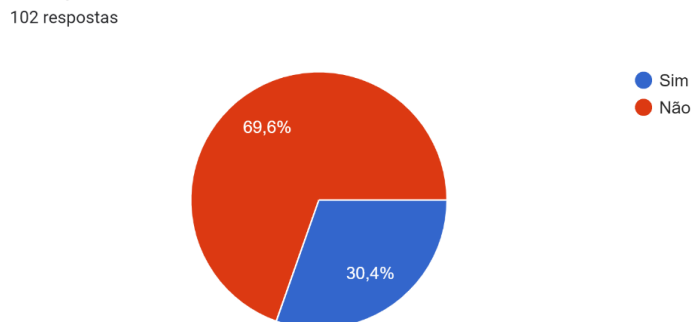
Figura 14: Percentual de pessoas que já ouviram falar no Clube Astréa
Você já ouviu falar no Clube Astréa?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Em relação a pergunta se já frequentaram o clube, foi alcançado 69,6% representados pelas pessoas que nunca frequentaram o Clube contra 30,4% de pessoas que alguma vez já foram ao Astréa como colocado no gráfico adiante (ver figura 15). O percentual de quem nunca frequentou o Clube foi alto, porque ao longo dos anos ele foi perdendo seu potencial cultural e social, pelo abandono e falta manutenção o que coincide com a maioria de quem respondeu que é mais jovem.

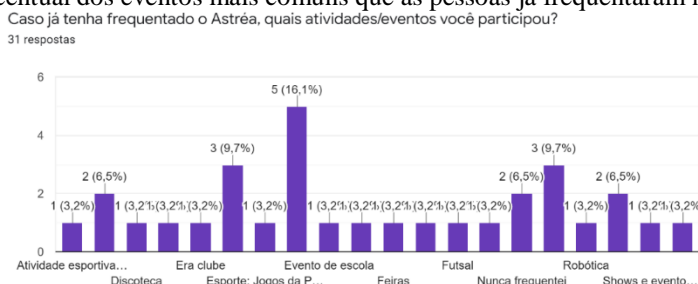
Figura 15: Percentual de pessoas que já frequentaram o Clube Astréa
Você já frequentou o Clube Astréa?



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Das pessoas que já frequentaram o Clube Astréa, foram perguntadas quais eventos participou, diante do gráfico abaixo (ver figura 16), percebe-se maiores destaques em atividades relacionadas ao esporte bem como para eventos de escola seguidos de eventos relacionados a shows.

Figura 16: Percentual dos eventos mais comuns que as pessoas já frequentaram no Clube Astréa

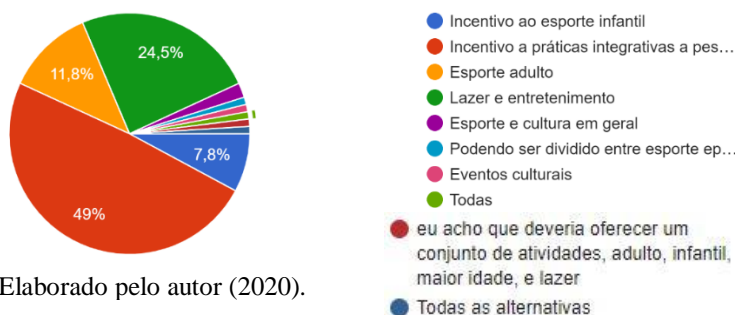


Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Ao final do questionário, foi mencionado caso fosse possível, a volta do Astréa em sua totalidade de funcionamento, dadas algumas alternativas de atividades, foi de maior destaque a opção de “Incentivo a práticas esportivas voltadas para pessoas especiais” sendo representada por 49%, seguido de “Lazer e entretenimento” com 24,5%, “Esporte adulto” simbolizado com 11,8% e “Incentivo ao esporte infantil” apresentando 7,8%, como pode ser observado no gráfico abaixo (ver figura 17).

Figura 17: Percentual das atividades mais desejadas, caso o Astréa fosse reativado por completo

Tendo em vista a possibilidade do Clube ser reativado por completo, quais atividades você considera importantes a oferecer aos associados ?
102 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio histórico apesar de todo o suporte dado pelas fontes responsáveis ainda sofre com o desgaste do tempo e conseqüentemente com a falta de manutenção. No Brasil é observado um acervo valioso de bens tombados e não tombados que muitas vezes se encontram depredados ou sem incentivo de uso, seja ele voltado para o turismo ou para ocupação profissional por parte do governo.

Na esfera local, a Paraíba detém de inúmeras edificações históricas, na cidade de João Pessoa, mais especificamente, é grande o número de imóveis desse gênero já que se trata da terceira cidade mais antiga do país. Mediante essa característica, o objeto em pauta foi o Clube Astréa, lugar de fortes atributos, sendo considerado uma das primeiras edificações de cunho arquitetônico modernista do município, pertencente a área de tombamento do IPHAEP.

Apesar da importância do Clube, foram grandes as dificuldades de informações acerca do Astréa, apenas um único órgão possuía acervos referentes ao imóvel, ressaltando o descaso

sob esse lugar. Vale salientar que as dificuldades se ampliaram com a presença da pandemia de Covid-19, o que fez com que muitos dos órgãos fechassem para atendimento presencial. Nos órgãos buscados não houve sucesso na busca por fichas, plantas técnicas, desenhos ou croquis, ou seja, isso reforça a fragilidade em que ele se encontra atualmente.

É constatado a importância do Clube, ao ter acesso as notícias nos jornais da época, o Astréa teve seus dias de glória e até hoje está presente na memória da população, todavia, atualmente se encontra esquecido pelos responsáveis, com ausência de manutenção que consequentemente ocasiona problemas patológicos, um bem que marcou décadas com seus eventos, hoje “vive” com as portas fechadas e sem nenhum responsável e/ou entidades representativas que saibam onde estão localizadas os seus acervos técnicos.

O cuidado com a história patrimonial ainda precisa ser trabalhado para que as futuras gerações possam desfrutar e entender tudo o que aconteceu no passado, ainda tem-se muito o que aprender sobre a importância da história como um todo, é necessário uma educação patrimonial e valorização dos acervos existentes para assim manter a organização e manutenção dos imóveis.

Diante de toda a explanação, as particularidades que o tornam uma referência modernista ainda resistem, o que evidencia mais ainda a importância de se buscar a salvaguarda deste imóvel.

Em frente ao contexto, revelado pelo levantamento de campo, aplicação de questionários e investigação em recortes jornalísticos, bem como a compreensão da ausência de proteção, este trabalho deixa alguns apontamentos/diretrizes que se julga necessário para a preservação da identidade cultural local, materializada neste bem, que é o Astréa. Pode-se considerar como meios para a preservação do Clube:

- Abranger a sociedade de forma a afirmar a pluralidade do entendimento sobre políticas públicas voltadas ao patrimônio histórico;
- A preservação de todo o seu entorno, consequentemente o aumento da qualidade de vida bem como a melhoria da mobilidade urbana;
- Incentivo a economia local;
- Integração das esferas públicas e privadas;
- Reconhecimento e qualificação dos profissionais do setor;

REFERÊNCIAS

(IPHAEP), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. **Patrimônio Histórico**. 2020. Disponível em: < <http://iphaep.pb.gov.br/> >. Acesso em: 01 dez. 2020.

(IPHAN), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Histórico**. 2014. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276> >. Acesso em 01 dez. 2020.

ABREU, Mauricio de Almeida. **Sobre a memória das Cidades**. Revista TERRITÓRIO, ano 111, nº 4, jan./jun. 1998.

BARBOSA, Antônio Eduardo Polisseni; HIPPERT, Maria Aparecida; SANTOS, White José; OLIVEIRA, Igor Moura; MONTEIRO, Karla Teixeira. **Patologias de Edifícios Históricos Tombados Estudo de Caso – Cine Teatro Central**. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria_Barbosa18/publication/309348358_Patologia_d_e_edificios_historicos_tombados_Estudo_de_caso_Cine_Theatro_Central/links/5811d36d08aec29d99f7f523/Patologia-de-edificios-historicos-tombados-Estudo-de-caso-Cine-Theatro-Central.pdf >. Acesso em: 17 dez. 2020.

BARROS, L. A. R. de. **Por uma arquitetura brasileira**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo.

BARTHEL, C.; LINS, M.; PESTANA, F. **O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico**. In: Congresso Iberoamericano y VIII Jornada “Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio”. Anais [...]. Buenos Aires: 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. Editora Perspectiva. 2001. 374 p.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: 1934. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. dez. 2020.

BRASIL. Governo Federal. **Constituição do Brasil**. Rio de Janeiro: 1988. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Brasília**. Brasília:1970. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Compromisso de Salvador**. Salvador: 1971. Disponível em: < <https://www.gov.br/planalto/pt-br> >. Acesso em: 04. dez. 2020.

CARVALHO, Wadson Mayckel. **Patologias de edifícios históricos tombados: Estudo de caso – Convento das Mercês**. São Luís, 2018. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Tecnologia e Gestão Instituto Politécnico da Guarda. Disponível em: < <http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/3953/1/CC%20-%20Wadson%20M%20Carvalho.pdf> >. Acesso em 17 dez. 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora UNESP. 1992. 12 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora UNESP. 2000.

Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. **Manifesto de Amsterdã**. Amsterdã: 1975.

CRAVEIRO, Rodrigo. **Centenário: I Guerra Mundial foi impulsionada pela Revolução Industrial**. 2014. Disponível em: < https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2014/07/06/interna_mundo,436172/centenario-i-guerra-mundial-foi-impulsionada-pela-revolucao-industrial.shtml >. Acesso em: 15 dez. 2020.

CIÊNCIA E CULTURA. **Cienc. Cult. vol.65 no.1 São Paulo Jan. 2013**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>>. On-line version ISSN 2317-6660. Acesso em 18 dez. 2020.

CUNHA, Claudia dos Reis. **A atualidade do pensamento de Cesare Brandi**. 2004. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181> >. Acesso em: 17 dez. 2020.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Alois Riegl e o Culto Moderno dos Monumentos**. 2006. Portal Vitruvius. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138> >. Acesso em 15 dez. 2020.

CURTIS. William.J.R. **Arquitetura Moderna desde 1900**. Editora Bookman. 2008. 11 p.

- CURTIS, William.J.R. **Arquitetura Moderna desde 1900**. Editora Bookman. 2008. 15 p.
- CURTIS, William.J.R. **Arquitetura Moderna desde 1900**. Editora Bookman. 2008. 33 p.
- DECRETO-LEI N. 25 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **Artigo 1º**. Disponível em: < <http://www.antt.gov.br/> >. Acesso em: 02 dez. 2020.
- ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**, Atenas:1931.
- FIGUEIREDO, Lauro César. **Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões**. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/geografia/issue/view/523> >. Acesso em: 03 dez. 2020.
- FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 470 p. Tradução de Jefferson Luís Camargo.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2009. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es> >. Acesso em: 02 dez. 2020.
- GOVERNO DA PARAÍBA. Disponível em: < <http://iphaep.pb.gov.br/municipios-com-centros-historicos-tombados> >. Acesso em: 01 dez. 2020.
- GRAMMONT, Anna Maria. **A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais**. 2006. Disponível em: < [https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/17901/PS_04_3%20_\(2006\)_11.pdf?sequence=1](https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/17901/PS_04_3%20_(2006)_11.pdf?sequence=1) >. Acesso em: 10 dez. 2020.
- GROPIUS, W. **Bauhaus: nova arquitetura**. 3a ed. São Paulo: Perspectiva S. A., 1972.
- ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra Austrália: 1980.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964.
- ICOMOS. **Carta de Washington**. Washington: 1986.
- ICOMOS. **Declaração do México**. México: 1985.
- JUNIOR, Valdeci dos Santos. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros**. 2005. Disponível em: < www.cerescaico.ufrn.br/mneme >. Acesso em: 02 dez. 2020.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico**. 2007. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15601/17175> >. Acesso em: 11 dez. 2020.
- MIP. **Carta de Restauo**. Roma: 1972.
- NIEMAYER, Oscar. **Fundação Oscar Niemayer**. 2020. Disponível em: < <http://www.niemeyer.org.br/> >. Acesso em: 13 dez. 2020.
- NUNES, Verônica Maria Meneses; Lima, Luís Eduardo Pina. **História e Patrimônio Cultural**. 2009. Disponível em: <

https://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalago/10250211102012Historia_e_Patrimonio_Cultural_Aula_1.pdf >. Acesso em: 15 dez. 2020.

OEA. **Norma de Quito**. Quito: 1967.

OEA. **Resolução de São Domingos**. São Domingos: 1974.

PREFEITURA DE JOÃO PESSOA. 2020. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/a-capital/> >. Acesso em: 01 dez. 2020.

REIS, N. G. **Racionalismo e protomodernismo na obra de Vitor Dubugras**. São Paulo: FBSP, 1997.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: e Outros Ensaios Estéticos**. Editora Edições 70. 2016. Cap. 1.

ROSCOE, M. T. **Patologias em revestimentos cerâmicos de fachada**. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização em Construção Civil da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2008.

SANTOS, Maria da Graça. **ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA, DOS PIONEIROS A BRASÍLIA (1925-1960)**. 2006. Disponível em: < https://www.up.edu.br/davinci/3/304_arquitetura_moderna_brasileira.pdf >. Acesso em: 13 dez. 2020.

SANTOS, M.W.L.C; MONTEIRO, L.M.S; FURTADO, F.A; CARNEIRO, M.D; MESQUITA, E.F.T; COELHO, F.C.A. **Incidências de manifestações patológicas em edificações históricas de Sobral – CE**. 2013. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Esequiel_Mesquita/publication/278305245_Incidencia_d_e_manifestacoes_patologicas_em_edificacoes_historicas_de_Sobral_-_CE/links/55e9e1fb08aeb6516265dbf8.pdf >. Acesso em 09 dez. 2020.

SCIFONI, Simone. **Patrimônio Mundial: do Ideal Humanista a Utopia de uma Nova Civilização**. 2003. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br> >. Acesso em 14 dez. 2020.

SEGAWA, Hugo Massaki. **Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990**. 2. ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 44 p.

SEGRE, Roberto. Jean-Louis Cohen e a arquitetura da guerra: Um vazio na história da arquitetura: 1939-1945. 2012. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/11.124/4280> >. Acesso em: 16 dez. 2020.

TINEM, Nelci; TAVARES, Lia; TAVARES, Marieta. **Arquitetura Moderna em João Pessoa**. 2016. Disponível em: < <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Nelci-Tinem.pdf> >. Acesso em 12 dez. 2020.

TINOCO, J. E. L. **Mapa de Danos - Recomendações Básicas**. Textos para Discussão, v. 43, série 2: Gestão de Restauro. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), Olinda, 2009.

TREVISAN, Rosina. **Técnicas Construtivas e Patologias**. Livro 03, Unidade 4: Patologias nas Construções Históricas. 2001

UNESCO. 2020. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/> >. Acesso em: 07 dez. 2020.

WOLF, José. “**Acácio Gil Borsói**”. A&U - Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.84, p.35–41, junho/julho 1999.